

VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre às demonstrações contábeis



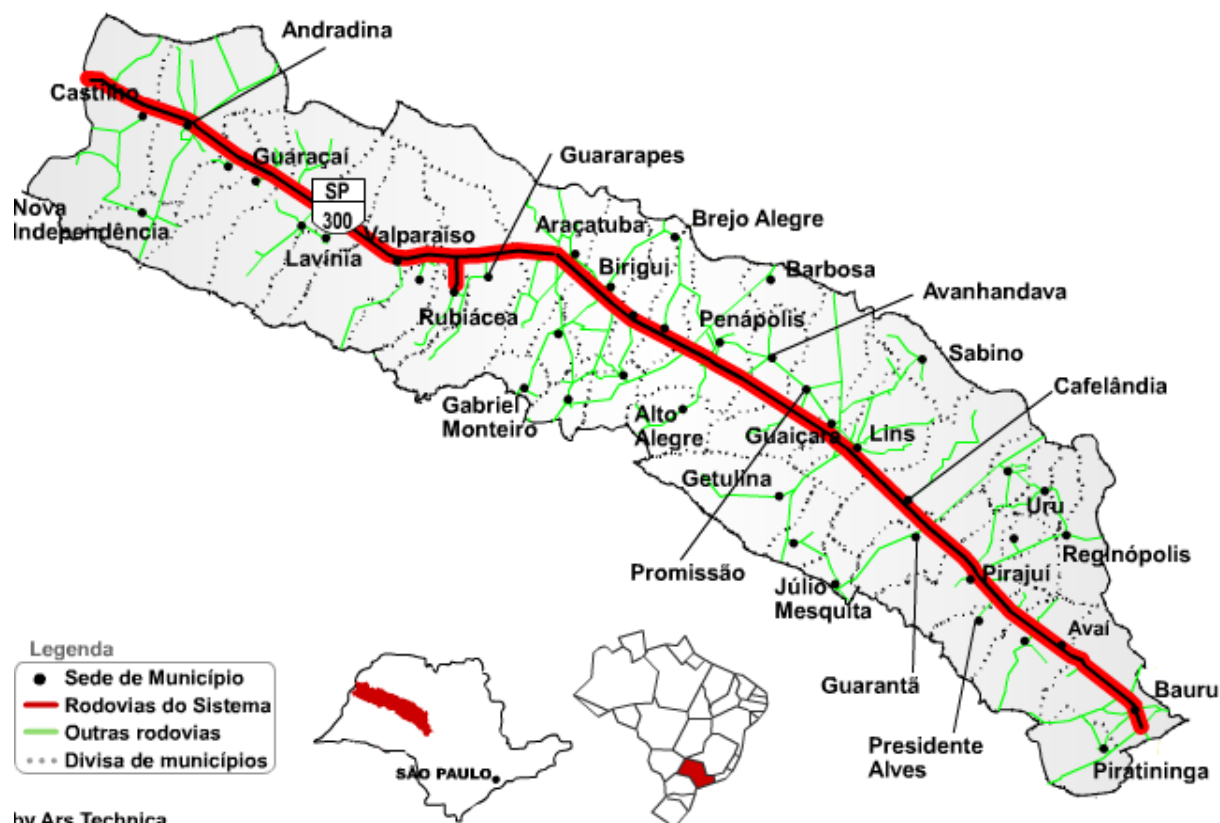
Relatório da Administração – 31 de dezembro de 2025

31 de dezembro de 2025 - A Concessionária ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A que administra 331,13 km da Rodovia Marechal Rondon SP-300 e 85,5 km de 23 rodovias de acessos para a ViaRondon, divulga seus resultados relativos ao ano de 2025.

Apresentação dos Resultados

As Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb).

O mapa a seguir mostra o trecho explorado pela Companhia:



Fabio Abritta Filho

Diretor de Relações com Investidores

Tel.: (14) 3533-2650

E-mail: ri@viarondon.com.br

<http://www.viarondon.com.br/contato>



Sobre a Concessão

Em maio de 2009, a ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Marechal Rondon Oeste. Para a gestão dos mais de 416,8 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 411 milhões a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-300 (Rodovia a Marechal Rondon), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo, são eles Bauru, Avaí, Presidente Alves, Pirajuí, Guarantã, Cafelândia, Lins, Guaíçara, Promissão, Avanhandava, Penápolis, Glicério, Coroados, Birigui, Araçatuba, Guararapes, Rubiácea, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavínia, Mirandópolis, Guaraçái, Murutinga do Sul, Andradina e Castilho.

Durante o período de concessão, serão construídos 88,88 km de vias marginais, 22 km de faixas adicionais, 11 km de duplicações de rodovias de acessos, 3 km de acostamentos, 13 passarelas além de Implantação e/ou Melhoramentos em 107 Dispositivos. Entre as principais obras estão as Marginais lindeiras a grandes cidades, como Bauru, Araçatuba e Birigui, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

2009	2011	2013	2015	2016
Início da Operação, Construção de Praças de Pedágio, e Investimentos Iniciais Emergenciais	Conclusão das Obras de SAU's, CCO, Equipamentos do Sistema	Obras de Recuperação de Acessos e Rev. Pavimento.	Melhoria de 22 Dispositivos e da Marginal de Coroados (1,65 km)	Implantação de Passarela km 338+000
				
2016	2021	2022	2023	2024
Início das Obras das Marginais de Bauru Lote 1	Início das Obras do km 336+500 ao km 348+000 Leste e Oeste Bauru Lote 2	Conclusão da Obra do viaduto da Cruzeiro do Sul	Conclusão das obras na Marginal de Bauru – Km 336	Obras na Marginal de Araçatuba – Km 525 ao 530
				
2025	2025	2025		
Conclusão do Dispositivo km 525	Conclusão do Dispositivo km 522	Conclusão Duplicação da SPA 486		
				



Destaques:

Tráfego	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento de 3,22% no tráfego de pedágio ✓ Aumento de 3,60% no tráfego em eixos equivalentes 	
Receita Operacional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ R\$ 476.954 milhões de receita líquida 	
Obras	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Duplicação das vias de acesso à Promissão ✓ Obras das Marginais de Araçatuba 	

Tráfego

Em 2025, o volume de tráfego apresentou crescimento de 3,22% em comparação ao mesmo exercício do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou 3,20%, enquanto o tráfego de veículos comerciais registrou elevação de 3,29%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	dez/25	dez/24	Variação
Passeio	18.558.139	17.983.095	3,20%
Comercial	6.878.557	6.659.274	3,29%
Total	25.436.696	24.642.369	3,22%

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro

Em 2025, o volume de tráfego de eixos equivalentes apresentou crescimento de 3,60% em relação ao ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 3,26%, enquanto o tráfego de veículos comerciais registrou elevação de 3,79%.

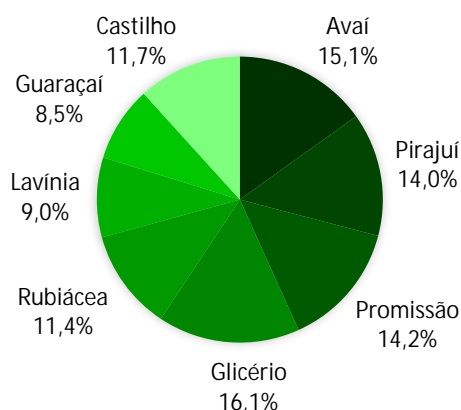
>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	dez/25	dez/24	Variação
Passeio	18.342.463	17.763.109	3,26%
Comercial	32.036.377	30.866.069	3,79%
Total	50.378.840	48.629.178	3,60%

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro

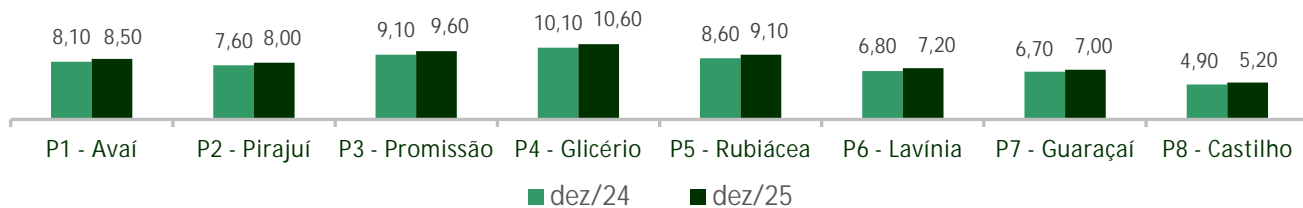
>> Tráfego por praça

O corredor localizado na região oeste do Estado, definido pela rodovia Marechal Rondon na (SP-300), é composto pelas praças de pedágio localizadas nos municípios de Avaí, Pirajuí, Promissão, Glicério, Rubiácea, Lavínia, Guaraçai e Castilho, onde Promissão, Glicério e Avaí e representam a maior parte da receita da companhia.





A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente, em dezembro de 2025, foi de R\$ 8,15, em comparação a R\$ 7,74 no mesmo período do exercício anterior.



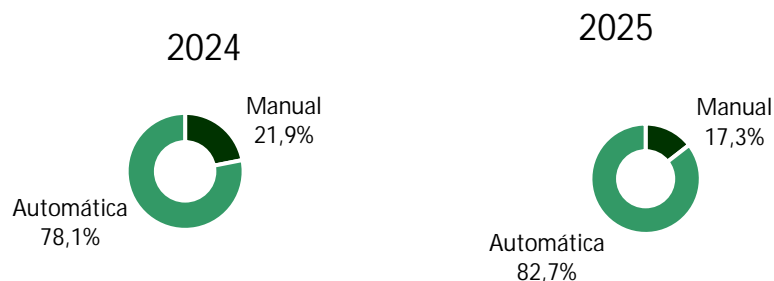
Receita Operacional

No exercício de 2025, a Concessionária obteve uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 411.418 mm (R\$ 378.722 mm no mesmo período do exercício anterior) e arrecadou a título de receita acessória R\$ 11.004 mm (R\$ 11.195 mm no mesmo período do exercício anterior). Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e Cofins, totalizando R\$ 35.700 mm em 2025 (R\$ 33.629 mm no exercício de 2024).

Receitas (em R\$ mil)	dez/25	dez/24	Varição
Receitas de Pedágio	411.418	378.722	8,63%
Receitas Acessórias	11.004	11.195	(1,71%)
Receita de Construção	89.974	157.328	(42,81%)
Outras receitas	258	136	89,71%
Impostos sobre Receitas	(35.700)	(33.629)	6,16%
Receitas Operacionais	476.954	513.752	(7,16%)

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro

Formas de pagamentos



Obras e Investimentos

Os investimentos no ano de 2025 incluem, serviços para manutenção da vida útil dos elementos da rodovia, tais como defensas metálicas, sinalização, drenagem, dentre outros.

Investimentos em outros elementos, tais como, equipamentos e sistemas são realizados anualmente, visando a manutenção da melhor condição operacional destes, por meio de aquisições de novos equipamentos em substituições a existentes, sempre que constatada sua necessidade técnica ou superada a vida útil.

A seguir, alguns destaques de investimentos em andamentos e recém-concluídos:



Usina de Energia Solar

A Viarondon iniciou seu projeto de Geração de Energia Solar com a implantação de placas solares nas 8 praças de pedágio e 8 SAUs (Serviço de atendimento ao usuário). A primeira fase do projeto foi concluída e a segunda fase foi concluída em maio de 2025.



Obras das Marginais e Dispositivos de Araçatuba

O conjunto de obras inclui, construção de 22 km de vias marginais em ambas os sentidos da SP 300, melhorias em 6 Dispositivos, implantação de 3 passarelas. Todas as obras previstas já foram concluídas, as últimas foram entregues em fevereiro de 2025, com antecipação de 3 meses.



Obras de Duplicação da SPA 486/300 – Penápolis

O pacote de obras contemplou a duplicação de 5 quilômetros na rodovia SPA 486/300, no município de Penápolis. Foi implantado 4,5 quilômetros de ciclovias para atender a população local. Obra concluída em janeiro de 2025 teve a entrega antecipada em 4 meses.



Obras das Marginais e Dispositivos de Birigui

O conjunto de obras inclui, construção de 18 km de vias marginais em ambas os sentidos da SP 300, melhorias em 5 Dispositivos, implantação de 1 passarela. As obras já foram iniciadas e tem a conclusão prevista para todo o complexo para dezembro de 2026.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	dez/25	dez/24	Variação
Com Pessoal	(30.060)	(29.862)	0,66%
Manutenção e conservação	(13.307)	(12.029)	10,63%
Serviço de terceiros	(15.541)	(19.242)	(19,24%)
Ônus variável da concessão	(12.680)	(11.702)	8,36%
Seguros e Garantias	17	(504)	(103,30%)
Outras receitas e despesas	(3.671)	(5.427)	(32,36%)
Subtotal	(75.242)	(78.766)	(4,47%)
Custo de serviços de construção	(89.974)	(157.328)	(42,81%)
Provisão para demandas judiciais	(2.294)	(1.650)	39,02%
Provisão para manutenção em rodovias	(50.147)	(43.977)	14,03%
Depreciação e amortização	(75.141)	(64.724)	16,09%
Total	(292.798)	(346.445)	(15,49%)

*Volume acumulado do período de janeiro à dezembro



Ebitda

Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela a seguir é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2025	2024
Resultado antes das despesas financeiras	184.156	167.307
Depreciação	2.769	2.590
Amortização	72.372	62.133
EBITDA	259.297	232.030
Provisão para manutenção	50.147	43.977
Provisão para contingências	2.294	1.650
EBITDA AJUSTADO	311.738	277.657

Responsabilidade Socioambiental

A ViaRondon manteve seu compromisso com a responsabilidade social e o cuidado com as comunidades do entorno de sua rodovia, abaixo demonstramos alguns projetos executados durante o ano de 2025.



BR CITY

O BRCity é um projeto de responsabilidade social da ViaRondon que utiliza a educação e a ludicidade como ferramentas para promover a segurança no trânsito desde a infância. Através de uma cidade inflável em miniatura, as crianças vivenciam situações do cotidiano do trânsito, aprendendo de forma prática sobre sinalização, convivência e comportamento seguro. O projeto reforça o papel da ViaRondon na formação de uma cultura de segurança viária e na aproximação com a comunidade.



TROCO SOLIDÁRIO

O Troco Solidário é uma iniciativa de responsabilidade social da ViaRondon que permite aos usuários contribuir voluntariamente com projetos sociais por meio da doação de valores em cofres instalados nas praças de pedágio. Em 2025, foram implantados quatro cofres por praça nas unidades de Promissão, Pirajuí e Avaí, com os valores arrecadados destinados à instituição CREBIM – Centro de Reabilitação de Lins. A ação reforça o compromisso da concessionária com o apoio às entidades sociais da região e com a promoção da solidariedade entre os usuários da rodovia.



REPOSTURANDO

O Recosturando Juntos é um projeto que transforma uniformes usados em novas oportunidades. A iniciativa une sustentabilidade e responsabilidade social ao reaproveitar materiais que seriam descartados, reduzindo impactos ambientais e gerando benefícios sociais. O projeto reforça o compromisso da concessionária com práticas sustentáveis e com a construção de um futuro mais responsável.



PROGRAMA NA MÃO CERTA

O Programa Na Mão Certa, da Childhood Brasil, é uma iniciativa nacional voltada ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. A ViaRondon, ao participar do programa, reforça seu compromisso com a responsabilidade social e a proteção da infância, recebendo mais um ano de reconhecimento oficial pelo cumprimento das ações propostas. A participação da empresa reflete o engajamento junto à comunidade e aos colaboradores na promoção de conscientização e cuidado com crianças e adolescentes.



PROJETOS INCENTIVADOS

Utilizando leis de incentivo fiscal, a empresa apoia iniciativas que transformam comunidades, ampliam o acesso à cultura e ao esporte e promovem práticas de responsabilidade ambiental

Orquestra Sinfônica Jovem de Lins



Oficinas de Artes Cênicas



Esporte Mais Feliz / Basquete Master



Recursos Humanos

Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados.

A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem-estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

Conforme demonstramos no quadro a seguir, a Companhia tem um compromisso com a diversidade no ambiente de trabalho, adotando uma postura madura diante da pluralidade que nossa sociedade apresenta, acolhendo os colaboradores nas suas diferenças.

Entre julho e setembro, a ViaRondon realizou diversas ações internas de valorização e engajamento dos colaboradores, com destaque para o apoio às campanhas Agosto Lilás e Setembro Amarelo, reforçando a importância da prevenção e dos cuidados com a saúde.

Também promoveu campanhas de segurança no trabalho, ações de integração entre equipes e comunicações internas voltadas ao reconhecimento e à conscientização, fortalecendo o vínculo e o alinhamento com os valores da concessionária.

A seguir demonstramos algumas ações realizadas com nossos colaboradores:

Indicadores Pessoais	2025	2024
Colaboradores diretos	691	720
Colaboradores indiretos	284	567





Premiações

ViaRondon mantém posição de destaque no **Prêmio Concessionária do Ano**, realizado pela **ARTESP**, na categoria **Eficiência dos Serviços Operacionais**, na qual é **tetracampeã** (2016, 2018, 2020 e 2021) e se manteve na 2ª colocação nos prêmios dos anos de 2023 e 2024.

O reconhecimento reforça o padrão de **excelência, segurança e qualidade** dos serviços prestados aos usuários e o compromisso permanente da empresa com a melhoria contínua da operação rodoviária.

As iniciativas realizadas no ano de 2025 refletem o compromisso da ViaRondon com a **responsabilidade social, a valorização das pessoas, a sustentabilidade e a excelência operacional**, pilares que sustentam sua atuação e fortalecem sua contribuição para o desenvolvimento das regiões atendidas.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis e também com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório de revisão do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e suas alterações, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com a conclusão expressa no Relatório de revisão da BDO RCS Auditores Independentes, emitido em conjunto com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Agradecimentos

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

* * *

Diretoria

Marcelo Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Fábio Abritta Filho

Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi

Marco Antonio Beldi

Ricardo Constantino

Marcos Máximo de Novaes Mendonça

Contador

Durval Maia

CRC/ SP nº 1SP-292.261/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de recuperabilidade (*impairment*) do ativo intangível e impostos diferidos

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 13 e 18 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2025, impostos diferidos - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e, ativo intangível composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias que representam aproximadamente 92% do total de seus ativos. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos e do ativo intangível da Companhia foi significativa para a nossa auditoria, devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, base das premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação da metodologia de *impairment* utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36;
- Análise das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos;
- Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1) / IAS 36, bem como se as respectivas divulgações das Notas Explicativas nºs 13 e 18 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 24 de março de 2026.



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	487	582
Aplicações financeiras	9	74.559	44.615
Contas a receber	10	30.233	24.811
Despesas pagas antecipadamente	-	1.325	2.221
Adiantamento a fornecedores	-	169	1.699
Partes relacionadas	11	3.338	2.911
Outros créditos	-	3.696	2.256
Instrumentos financeiros derivativos	25.1	-	1.676
Total do ativo circulante		113.807	80.771
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	1.359	1.432
Total do realizável a longo prazo		1.359	1.432
Imobilizado	12	17.749	13.615
Intangível	13	1.580.298	1.516.927
Total do ativo não circulante		1.599.406	1.531.974
Total do ativo		1.713.213	1.612.745

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	26.758	31.614
Instrumentos financeiros derivativos	25.1	56	-
Debêntures	14	107.093	62.672
Fornecedores	16	33.756	70.954
Arrendamento por direito de uso	-	6.036	1.645
Passivo fiscal	18	3.598	4.956
Obrigações sociais	-	8.319	8.564
Provisão para manutenção	17	70.797	53.111
Partes Relacionadas	11	176	193
Parcelamento de Impostos.	-	1.948	1.936
Outras contas a pagar	-	4.784	4.780
Total do passivo circulante		263.321	240.425
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.453	2.386
Debêntures	14	782.276	799.784
Arrendamento por direito de uso	-	4.172	4.862
Partes Relacionadas	11	140.309	111.853
Parcelamento de Impostos	-	2.973	4.221
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	23.642	8.450
Provisão para contingências	19	3.508	3.372
Total do passivo não circulante		958.333	934.928
Total do passivo		1.221.654	1.175.353
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	20	402.651	402.651
Reserva de retenção de lucros	20	79.976	28.518
Reserva legal	20	8.932	6.223
Total do patrimônio líquido		491.559	437.392
Total do passivo e patrimônio líquido		1.713.213	1.612.745

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	476.954	513.752
Custo dos serviços prestados	22	(196.460)	(181.443)
Custo de construção	22	(89.974)	(157.328)
Lucro bruto		<u>190.520</u>	<u>174.981</u>
Despesas gerais e administrativas	22	(6.364)	(7.674)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>184.156</u>	<u>167.307</u>
Receita financeira	23	9.075	10.624
Despesa financeira	23	(98.864)	(85.537)
Despesas financeiras líquidas		<u>(89.789)</u>	<u>(74.913)</u>
Resultado antes dos impostos		94.367	92.394
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(26.779)	(22.939)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(13.421)	55.011
Lucro líquido do exercício		<u>54.167</u>	<u>124.466</u>
Lucro básico diluído por ação		<u>0,10855</u>	<u>0,24943</u>
Resultado por ação			
Total capital social (em reais)	24	499.000.000	499.000.000
Total resultado por ação (em reais)	24	0,00010855	0,00024943
Total capital social (em milhares de reais)	24	499.000	499.000
Total resultado por ação (em milhares de reais)	24	<u>0,10855</u>	<u>0,24943</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	54.167	124.466
Total de resultado abrangente do exercício	<u><u>54.167</u></u>	<u><u>124.466</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Capital integralizado			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado			
Saldo em 1º de janeiro de 2024	499.000	(96.349)	402.651	-	(89.725)	312.926
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.223	118.243	124.466
Saldo em 31 de dezembro de 2024	499.000	(96.349)	402.651	6.223	28.518	437.392
Saldo em 1º de janeiro de 2025	499.000	(96.349)	402.651	6.223	28.518	437.392
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	54.167	54.167
Constituição da Reserva legal				2.709	(2.709)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>499.000</u>	<u>(96.349)</u>	<u>402.651</u>	<u>8.932</u>	<u>79.976</u>	<u>491.559</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	54.167	124.466
Ajustes para:		
Depreciação	2.560	2.482
Amortização	72.371	62.134
Baixa do ativo imobilizado líquida	872	146
Provisão para manutenção	50.147	43.977
Provisão para contingências	136	1.131
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	94.488	103.974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.421	(55.011)
	288.162	283.299
(Aumento) redução no ativo:		
Contas a receber	(5.422)	1.103
Despesas pagas antecipadamente	896	(861)
Outros créditos	163	(2.883)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(37.198)	18.595
Passivo fiscal corrente	(1.358)	(4.799)
Obrigações sociais	(245)	1.429
Contas a pagar	(1.232)	5.265
Consumo de provisão para manutenção	(32.461)	(39.125)
Outros passivos	3.701	(2.261)
Juros pagos	(51.493)	(37.696)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	163.513	222.066
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(329.279)	(298.130)
Resgate das aplicações	299.335	314.207
Aquisição de imobilizado	(7.566)	(3.022)
Adição ao intangível	(135.742)	(185.301)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(173.252)	(172.246)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	33.600	25.800
Partes relacionadas	28.012	5.106
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(51.968)	(81.659)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	9.644	(50.753)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(95)	(933)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	582	1.515
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>487</u>	<u>582</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas operacionais	512.654	547.381
Serviços prestados	411.418	378.722
Receita de construção	89.974	157.328
Outras receitas	11.262	11.331
Insumos adquiridos de terceiros	(184.121)	(251.529)
Custos serviços prestados	(28.848)	(18.738)
Custo de construção	(89.974)	(157.328)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(65.299)	(75.463)
Valor adicionado bruto	328.533	295.852
Depreciação de imobilizado	(2.560)	(2.482)
Amortização de intangível	(72.371)	(62.134)
Valor adicionado líquido produzido	253.602	231.236
Receitas financeiras	9.075	10.624
Valor adicionado total a distribuir	262.677	241.860
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	26.399	26.173
Remuneração direta	19.310	19.529
Benefícios	5.525	5.224
FGTS	1.342	1.222
Outros	222	198
Impostos, taxas e contribuições	81.474	5.684
Federais	61.064	(13.645)
Estaduais	110	209
Municipais	20.300	19.120
Remuneração de capitais de terceiros	100.637	85.537
Juros	98.864	85.537
Aluguéis	1.773	-
Remunerações de capitais próprios	54.167	124.466
Lucro líquido do exercício	54.167	124.466
Total distribuição valor adicionado	262.677	241.860

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis



Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios, findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“Artesp”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária
- Realização de investimentos na rodovia.

Plano estratégico

Conforme discriminado na informação de resultado e no balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou lucro de R\$ 54.167 (lucro de R\$ 124.466 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A Administração vem implementando medidas de redução de custos buscando mitigar os efeitos da frustração de demanda. A disciplina da Companhia em controle de redução de custo alinhada a recuperação de demanda conforme acima demonstrado, sustentam a tendência de melhora da situação financeira.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.



3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 13** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 18** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para manutenção; e
- **Nota Explicativa nº 19** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- **Nota Explicativa nº 25** – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.



6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando eles forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao/ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.



O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras” (Vide Nota Explicativa nº 23).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.



Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro 2025, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.



c) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	04 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:



Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

ii) **Direito de outorga**

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão.

iii) **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

iv) **Gastos subsequentes**

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

v) **Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	05 anos
-----------	---------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.



vi) Direito de uso

A Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para contratos que transferem o direito de uso de um ativo identificado, conforme o CPC 06 (R2).

O ativo de direito de uso é mensurado ao custo e depreciado pelo prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, utilizando a taxa de juros implícita no contrato ou, quando não disponível, a taxa incremental de financiamento.

A Companhia opta por não reconhecer ativos e passivos de arrendamento para contratos de curto prazo e de baixo valor, reconhecendo os pagamentos como despesa ao longo do período do contrato.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.



i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i) Receita operacional

i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.



k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

n) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.



7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) **Alterações na 21/CPC 02 R2** - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) **Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)** – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.
- f) **IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA**

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:



- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação do impacto na Companhia

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas.

A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Entidade não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	375	470
Fundo de troco/numerários em trans.	112	112
Total	487	582

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

9. Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva (i)	158	149
Garantia (i)	33.131	31.361
Livre (ii)	41.270	13.105
Total	74.559	44.615

(i) **Reserva e Garantia:** Aplicação destinada para pagamento do projeto, movimentada pelo Banco depositário.

(ii) **Livre:** Disponível para liquidez em qualquer momento, movimentada pela Companhia.

Aplicação financeira mantida junto Instituição Financeira, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.



10. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico	25.939	21.234
Visa - vale-pedágio	88	140
Protege S.A. Proteção e Transporte	1.067	1.000
DBTrans S/A	-	93
Outros	3.139	2.344
Total	30.233	24.811

Idade de vencimento dos títulos	31/12/2025	31/12/2024
Créditos a vencer até 30 dias	29.392	24.080
Créditos a vencer até 60 dias	171	104
Créditos a vencer até 90 dias	670	627
Total	30.233	24.811

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e a Companhia também não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Diretores estatutários	27	32

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas. Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	2.118	1.947
BRVias Ltda.	(iv)	1.220	964
Total		3.338	2.911
Passivo Circulante			
Splice Ind. e Com de Serviços	(ii)	(176)	(193)
		(176)	
Passivo Não Circulante			
BRVias Holding VRD S.A.	(v)		(111.853)
Total Passivo		(140.309)	(112.046)
Total líquido		(140.485)	(109.135)



b) Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado	
		31/12/2025	31/12/2024
Splice Ind. e Com. de Serviços	(ii)	(1.152)	(1.503)
BRVias S.A.	(iv)	(3.097)	(1.600)
Outros	(iii)	(5)	(41)
Total		(4.254)	(3.144)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia, bem como outros serviços de manutenções;
- (iii) Serviços de internet;
- (iv) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados; e
- (v) Mútuo junto a acionista para finalidade de fluxo de caixa.



12. Imobilizado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2024	5.973	12.425	3.823	8.006	30.227
Adições	310	1.457	267	988	3.022
Baixas	(26)	(75)	(45)	-	(146)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.257	13.807	4.045	8.994	33.103
Adições	833	4.693	306	1.734	7.566
Baixas	(136)	(658)	(78)	-	(872)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.954	17.842	4.273	10.728	39.797
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(5.121)	(7.513)	(2.208)	(2.164)	(17.006)
Depreciação no exercício	(284)	(1.196)	(219)	(783)	(2.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.405)	(8.709)	(2.427)	(2.947)	(19.488)
Depreciação no exercício	(221)	(1.436)	(214)	(689)	(2.560)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(5.626)	(10.145)	(2.641)	(3.636)	(22.048)
Valor líquido contábil					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	852	5.098	1.618	6.047	13.615
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.328	7.697	1.632	7.092	17.749



13. Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros-concessão(ii)	Software	Direito de Uso	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2024	48.601	819.846	8.166	413.597	452.984	3.485	15.577	1.762.256
Aquisições e construções	-	152.369	-	-	29.481	-	3.451	185.301
Saldo em 31 de dezembro de 2024	48.601	972.215	8.166	413.597	482.465	3.485	19.028	1.947.557
Aquisições e construções	-	84.505	-	-	40.484	-	10.753	135.742
Saldo em 31 de dezembro de 2025	48.601	1.056.720	8.166	413.597	522.949	3.485	29.781	2.083.299
Amortização acumulada								
Saldo em 1° de janeiro de 2024	(20.459)	(127.025)	(4.266)	(160.911)	(49.219)	(2.313)	(4.303)	(368.496)
Amortização do exercício	(3.232)	(22.427)	(678)	(26.108)	(8.584)	(363)	(742)	(62.134)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(23.691)	(149.452)	(4.944)	(187.019)	(57.803)	(2.676)	(5.045)	(430.630)
Amortização do exercício	(3.765)	(26.122)	(789)	(30.410)	(9.999)	(422)	(864)	(72.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(27.456)	(175.574)	(5.733)	(217.429)	(67.802)	(3.098)	(5.909)	(503.001)
Valor líquido contábil								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24.910	822.763	3.222	226.578	424.662	809	13.983	1.516.927
Saldo em 31 de dezembro de 2025	21.145	881.146	2.433	196.168	455.147	387	23.872	1.580.298

(i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste ao valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
Total	413.597

(ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.



14. Debêntures

Tipo de operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	700.000	28/02/2020	15/12/2034	5,55% a.a. + IPCA	911.286	886.857
(-) Comissão	700.000	28/02/2020	15/12/2034		(21.917)	(24.401)
Total					889.369	862.456
Circulante					107.093	62.672
Debêntures					109.577	65.156
(-) Comissão					(2.484)	(2.484)
Não Circulante					782.276	799.784
Debêntures					801.709	821.701
(-) Comissão					(19.433)	(21.917)

Composição por vencimento:	31/12/2025	31/12/2024
2025	64.237	65.156
2026	109.577	113.558
2027	161.975	171.709
2028 a 2034	553.580	512.033
Total	889.369	862.456

Movimentação das debêntures:	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	862.456	851.915
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento do principal	(14.438)	(49.267)
Pagamentos de juros	(49.799)	(34.414)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(64.237)	(83.681)
Outras variações		
Despesas de juros	91.150	94.222
Total de outras variações	91.150	94.222
Saldos finais	889.369	862.456

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000.000 (Setecentos Milhões de Reais).

Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente, iniciando em 15 de junho de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Contratação, pela Emissora com quaisquer terceiros, incluindo com partes relacionadas, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos, hedge, leasing e financiamento de máquinas, equipamentos e veículos ou qualquer outra forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, inclusive mediante prestação de garantia fidejussória e/ou real e concessão de preferência a outros créditos, exceto com relação a operações que, cumulativamente, atendam as seguintes características: **(a)** tenham prazo de vencimento de até 1 (um) ano; **(b)** não contenham quaisquer garantias prestadas pela Emissora; **(c)** os recursos captados sejam aplicados no Projeto; e **(d)** sejam limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado pela variação do IPCA no período. Excetuam-se os **(1)** mútuos subordinados celebrados entre a Emissora e a Acionista, nos quais a Emissora figure como mutuária; **(2)** operações de leasing para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);



- Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x
- Se a Emissora realizar qualquer distribuição de recursos à Acionista na forma de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização de ações, bonificações em dinheiro e quaisquer outros tipos de remuneração, quando (a) a Emissora estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; (b) no período compreendido entre a Data de Emissão (inclusive) e 31 de dezembro de 2025, inclusive; (c) a Emissora não tiver efetuado 70% (setenta por cento) dos investimentos referidos na cláusula 4.15.1.2 (k) até o final do ano de 2025; e (d) a partir de 31 de Dezembro de 2025, exclusive, caso o ICSD mínimo do ano anterior estiver em patamar inferior ao de 1,3x ou que reduza o ICSD Futuro (relativo aos 24 meses seguintes) em patamar inferior a 1,3x;
- Em referência à cláusula 3.2 – Destinação de Recursos da Escritura Particular da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples celebrada em 29 de janeiro de 2020 (“Instrumento de Emissão”), informamos abaixo descritivo da alocação dos recursos captados por meio da Emissão das Debêntures utilizados das seguintes formas: Aportes de recursos financeiros na Viarondon Concessionária de Rodovia S.A., destinados ao projeto de manutenção e ampliação no Corredor Rodoviário Marechal Rondon Oeste, conforme tabela abaixo:

Intangível ViaRondon R\$ mil

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
	126.741	206.110	162.067	130.130	74.952	-	700.000
Total Intangível		700.000					
Debênture		700.000					
Saldo		-					

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o exercício findo em dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 37.254 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2.484. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 21.917. A Companhia atingiu, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o ICSD de 3,19

15. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
CCB (ii)	4,00% a 5,0%	CDI	2026	10.092	15.262
SWAP (iii)	5,00%	CDI	2.026	15.243	14.738
Leasing (i)	4,41% a 6,13%	CDI	2026 - 2030	2.876	4.000
Total				28.211	34.000
Circulante				26.758	31.614
Não circulante				1.453	2.386

- Empréstimos obtidos junto a grandes bancos, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Leasing para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;
- Empréstimo obtido junto a grandes bancos, na modalidade de cédulas de crédito bancário (CCB) para finalidade de fluxo de caixa.
- Empréstimos em moeda estrangeira - ViaRondon captou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), por uma taxa de USD + 7,17% a.a., tendo sido contratado swap trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por CDI + 4,58% a.a. A Administração da Companhia entende que a mensuração desse empréstimo pelo valor justo por meio do resultado, devido à contratação de *swap* exclusivamente para fins de *hedge*. A contratação de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia é exclusivamente para fins de *hedge*.



Composição por vencimento:	31/12/2025	31/12/2024
2025	26.758	31.614
Acima 2026	1.453	2.386
Total	28.211	34.000

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	34.000	34.590
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(37.327)	(32.392)
Pagamentos de juros	(1.115)	(3.282)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(38.442)	(35.674)

Outras variações		
Novas captações	33.600	25.800
Despesas de juros	(947)	9.284
Total de outras variações	32.653	35.084
Saldos finais	28.211	34.000

16. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores diversos	14.622	27.566
Fornecedores – Risco Sacado (ii)	11.883	35.656
Medições a pagar	506	223
Retenções (i)	6.745	7.509
Total	33.756	70.954

(i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

(ii) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de “fornecedores – risco sacado”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

Composição por vencimento do total de “Fornecedores diversos” e “Fornecedores – risco sacado”:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer		
Até 30 dias	10.902	17.683
De 31 a 360 dias	14.496	44.297
Total	25.398	61.980
Vencidas		
Até 30 dias	710	519
De 31 a 360 dias	396	723
Total	1.107	1.242
Total	26.505	63.222



17. Provisão para manutenção – contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante	70.797	53.111
Total	70.797	53.111

Movimentação da provisão para manutenção:

Em 1º de janeiro de 2024	48.259
Realização por consumo	(39.125)
Adições	43.977
Em 31 de dezembro de 2024	53.111
Realização por consumo	(32.461)
Adições	50.147
Em 31 de dezembro de 2025	70.797

18. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, referentes à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	65.916	79.350
Provisão para manutenção	24.071	18.058
Outras provisões temporárias	597	1.986
Total	90.584	99.394
Passivo		
Custos dos empréstimos	(23.079)	(19.248)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(91.147)	(88.596)
Total	(114.226)	(107.844)
Total	(23.642)	(8.450)

a) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	39.452	140.703



A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2026, como demonstrado a seguir:

2026	39.452
Total	39.452

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	94.367	92.394
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	(32.085)	(31.414)
(-) Adições permanentes	(5.193)	(4.047)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.779)	(22.939)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.421)	55.011
Total	(14%)	60%

19. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2025, está provisionado o montante de R\$ 3.508 (R\$ 3.371 em 31 de dezembro de 2024), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	1.866	1.505	3.371
Provisão	2.835	808	3.643
Reversão de provisão	(2.765)	(741)	(3.506)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	1.936	1.572	3.508

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 15.653 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 12.958 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia também possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 47.500 (Nota Explicativa nº 26) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, na qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	92	8.195	74	7.965
Trabalhistas	60	7.458	52	4.993
Total	152	15.653	126	12.958



20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000, sendo já integralizados R\$ 402.651 e a integralizar R\$ 96.349, e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar, quando aplicáveis, serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Observação: Conforme prevê a cláusula 6.3 item "b" da 5ª Emissão das Debêntures da Brvias Holding VRD S/A não será aplicado o Dividendos conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

21. Receita operacional líquida

A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de pedágios	411.418	378.722
Receitas acessórias	11.004	11.195
Receita de construção	89.974	157.328
Outras receitas	258	136
Tributos incidentes	(35.700)	(33.629)
Total	476.954	513.752

22. Gastos por natureza

A seguir a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviço de terceiros	(28.848)	(31.271)
Custo com pessoal	(30.060)	(29.862)
Amortização e depreciação	(75.141)	(64.724)
Constituição de provisão para manutenção	(50.147)	(43.977)
Custo de contrato de concessão	(12.680)	(11.702)
Custo de construção (ii)	(89.974)	(157.328)
Outros	(5.948)	(7.581)
	(292.798)	(346.445)
Custo dos serviços prestados	(196.460)	(181.443)
Despesas administrativas e gerais (i)	(6.364)	(7.674)
Custo de construção	(89.974)	(157.328)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

(ii) Variação devido a obras contratuais com alterações de escopo.



23. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	9.075	10.624
Total das receitas financeiras	9.075	10.624
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(88.886)	(84.168)
Outas despesas financeiras	(9.978)	(1.369)
Total das despesas financeiras	(98.864)	(85.537)
Resultado financeiro líquido	(89.789)	(74.913)

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

	Resultado do exercício	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - expresso em milhares de reais
2025	54.167	499.000	0,10855
2024	124.466	499.000	0,24943

25. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Notas	Custo amortizado	
		31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	487	582
Aplicações financeiras	9	74.559	44.615
Contas a receber de clientes	10	30.233	24.811
Outros créditos	-	3.696	2.256
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	15	28.211	34.000
Debêntures	14	889.369	862.456
Fornecedores e partes relacionadas passivas	16	174.241	183.000



	Notas	Valor justo	
		31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	25.1	-	1.676
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos	25.1	56	-

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.



O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados:

Em 31/12/2025	Contábil	Fluxo contratual	2026	2027	Acima de 2028
Empréstimos e financiamentos	28.211	28.211	26.758	1.453	-
Debêntures	889.369	1.562.044	64.237	109.577	1.388.230
Fornecedores e partes relacionadas	174.241	174.241	33.932	-	140.309
Total	1.091.821	1.764.495	124.927	111.030	1.528.539

Em 31/12/2024	Contábil	Fluxo contratual	2025	2026	Acima de 2027
Empréstimos e financiamentos	34.000	34.000	31.614	2.386	-
Debêntures	862.456	1.768.012	64.814	113.558	1.589.640
Fornecedores e partes relacionadas passivas	183.001	183.001	71.148	-	111.853
Total	1.079.457	1.985.013	167.576	115.944	1.701.493

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2025 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados às crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Perfil

Na data das informações do exercício, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

Instrumentos de taxa variável	Risco	Valor contábil	
		31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	IPCA	889.369	862.456

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA.



(v) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen – Relatório FOCUS, ambas em 31 de dezembro de 2025.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA é apresentada na tabela na próxima página.

(vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.



Instrumentos	Exposição 31/12/2025	Risco	Cenários					
			Provável	Aumento do índice em 25%	Aumento do índice em 50%			
			Valor	Valor	Valor			
Debêntures	911.286	Aumento IPCA	4,26%	(3.757)	5,33%	(4.696)	6,39%	(5.636)
Empréstimos e Financiamentos	25.335	Aumento CDI	14,90%	(106)	18,63%	(132)	22,35%	(158)
Total dos passivos financeiros	936.621			(3.863)		(4.828)		(5.794)
Impacto no resultado do exercício apresentado				(3.863)		(4.828)		(5.794)

Instrumentos	Exposição 31/12/2025	Risco	Cenários					
			Provável	Redução do índice em 25%	Redução do índice em 50%			
			Valor	Valor	Valor			
Debêntures	911.286	Redução IPCA	4,26%	3.757	3,20%	2.818	2,13%	1.879
Empréstimos e Financiamentos	25.335	Redução CDI	14,90%	106	11,18%	79	7,45%	53
Total dos passivos financeiros	936.621			3.863		2.897		1.931
Impacto no resultado do exercício apresentado				3.863		2.897		1.931

(i) Valor bruto sem dedução das comissões



Instrumentos	Exposição 31/12/2024	Risco	Cenários					
			Provável	Aumento do índice em 25%	Aumento do índice em 50%			
			Valor	Valor	Valor			
Debêntures	886.857	Aumento IPCA	4,83%	(4.191)	6,04%	(5.238)	7,25%	(6.286)
Empréstimos e Financiamentos	29.987	Aumento CDI	12,15%	(97)	15,19%	(122)	18,23%	(146)
Total dos passivos financeiros	916.844			(4.288)		(5.360)		(6.432)
Impacto no resultado do exercício apresentado				(4.288)		(5.360)		(6.432)

Instrumentos	Exposição 31/12/2024	Risco	Cenários					
			Provável	Redução do índice em 25%	Redução do índice em 50%			
			Valor	Valor	Valor			
Debêntures	886.857	Redução IPCA	4,83%	4.191	3,62%	3.143	2,42%	2.095
Empréstimos e Financiamentos	29.987	Redução CDI	12,15%	97	9,11%	73	6,08%	49
Total dos passivos financeiros	916.844			4.288		3.216		2.144
Impacto no resultado do exercício apresentado				4.288		3.216		2.144

(i) Valor bruto sem dedução das comissões



Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

25.1. Instrumento Financeiro Derivativo

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2025 têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A ViaRondon contratou operações de swap para mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira, riscos de inflação/juros para proteção de riscos cambiais dos contratos com fornecedores estrangeiros. Abaixo está detalhada a operação vigente

	Empresa			Risco		Risco Coberto	
	ViaRondon			Swap – riscos cambiais		100% de empréstimo em moeda estrangeira	
	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024		
SWAP	5,00%	CDI	2026	56	1.676		
Total				56	1.676		

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2024 a maio/2027	71.504
Garantia ampliação	Maio/2024 a maio/2027	101.899
Operacionais	Maio/2025 a maio/2026	3.083.434
Responsabilidade civil	Maio/2025 a maio/2026	49.300

Em virtude da aquisição dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

27. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

28. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.



A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 26.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível aos questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias.

Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

29. Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais.

30. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve aquisições de ativos imobilizados e intangíveis com efeito não caixa.

31. Eventos Subsequentes

Na elaboração das demonstrações contábeis do exercício não ocorreu eventos subsequente com a necessidade de divulgação

* * *

Diretoria

Marcelo Afonseca e Silva
Diretor Presidente

Fábio Abritta Filho
Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi
Marco Antonio Beldi
Ricardo Constantino
Marcos Máximo de Novaes Mendonça

Contador

Durval Maia
CRC/ SP nº 1SP-292.261/O-8